

• Integras



Em maio, Lua-de-mel no Hotel Tropical Tambá em João Pessoa, com 20% de entrada e saldo em 10 meses. Ligue para 227.7311.

Perspectivas

# “Um país cheio de vontade de crescer”

Palestra do presidente do Banco do Estado de São Paulo (Banespa), Eduardo Pereira de Carvalho, na Associação Comercial de Franca, no interior de São Paulo, em 21.01.82.

Entendo que o problema social certamente mais grave (e politicamente mais perigoso) que uma nação poderia enfrentar é uma inflação como a que nós chegamos a ver, ao longo do ano de 1981, atingindo a marca dos 120%. Este, certamente, não é o ambiente propício para construirmos uma sociedade livre, democrática, aberta, porque corrói o nível que conseguimos atingir em 1981, corroendo também todo o organismo social. Estudando um pouco a história dos povos, vamos constatar que os grandes momentos de instabilidade política surgiram exatamente quando a inflação, ao solapar o orçamento dos assalariados, passou a onerar também o bolso dos empresários.

Mas foi fundamentalmente nas camadas economicamente mais vulneráveis, mais fracas, que ela encontrou campo propício para se alastrar. Uma inflação dessa ordem, na verdade, traz uma instabilidade crônica ao sistema e, consequentemente, impede o planejamento de uma sociedade livre e democrática como a nossa. Dessa forma, a nossa inflação transformou-se num mal a ser combatido, a todo custo. E claro que outras condicionantes vinham alimentando certa pressão estrutural, dentro da economia brasileira, puxadas pelo carro-chefe do nosso balanço de pagamentos.

Eu diria que 2 grandes problemas podem hoje ser diagnosticados na economia brasileira, ambos intimamente ligados: BALANÇO DE PAGAMENTOS e INFLAÇÃO. Na verdade, fácil será constatar que tais problemas constituem lados diferentes de uma mesma moeda, refletindo o claro desejo que o País tem de crescer, porque é somente através de um crescimento acelerado da economia que nós seremos capazes de gerar empregos adicionais, conseguindo uma elevação real do nível de vida da grande massa populacional brasileira. Não há outro “milagre” ou outra alternativa para se melhorar a sorte dos milhões e milhões de brasileiros, que pouco participaram, até agora, do processo de desenvolvimento nacional.

Não existe outra forma de se buscar a eliminação dos grandes bolsões de pobreza absoluta que ainda hoje existem no País a não ser procurando crescer. Não há lei, nem discurso, que consiga resolver os problemas daqueles que ainda não foram beneficiados pelo processo de desenvolvimento econômico, a não ser fazendo aumentar a oferta de empregos. Portanto, torna-se essencial que a economia brasileira continue crescendo, a fim de que possamos realmente pensar na grande sociedade a que todos nós pretendemos em breve pertencer: um País justo e que saiba distribuir os recursos de forma equânime entre os seus cidadãos.

Para isso, entretanto, será necessário vencermos os obstáculos que se colocaram à nossa frente, a partir de 1973, com a primeira crise do petróleo. Muita gente diz (e eu tenho ouvido muito discurso da oposição pregar) que o governo pretende atribuir ao petróleo todas as culpas e todos os males que sofremos. Na verdade, após 1973 verificamos que, em pelo menos duas ocasiões muito claramente definidas, o petróleo foi, na realidade, o motivador inicial de sérios problemas que a Nação enfrentou em sua economia. Vamos lembrar um pouco a História do Brasil, que nos mostra que, ao longo dos últimos 30/40 anos, este país tem mantido uma taxa de crescimento econômico substancialmente acima da média histórica que se verifica nos demais países do mundo, falando-se apenas de países grandes e não de simples ilhazinhas de 200 ou 300 mil habitantes. Refiro-me a países das dimensões do Brasil, com mais de 200 milhões de habitantes e com vasta extensão territorial e grandeza populacional. O Brasil manteve nos últimos 30/40 anos uma taxa média de crescimento anual não inferior a 7%. Muito poucos países no mundo podem orgulhar-se de uma história como essa, em tão longo prazo.

No entanto, quando da primeira crise do petróleo, de repente verificamos que não éramos aqueles grandes “super-homens” que imaginávamos e que todo aquele enorme progresso que experimentamos ao final dos anos 60 e início dos 70 (quando as taxas médias de crescimento da economia chegaram a 11,12%, em termos reais) na verdade significou um período excepcionalmente favorável ao Brasil. O nosso país soube aproveitar o momento mais propício, podendo contar com condições internacionais também favoráveis.

E claro que houve um grande mérito em conseguirmos fazer isso, porque, se fosse fácil, todas as nações também o teriam feito. Mas isso não é verdade. As demais nações cresceram, naquele momento, a 6,7%, quando estávamos crescendo

Serão publicadas periodicamente, nesta página, integrais de discursos, conferências, palestras e depoimentos, selecionadas a critério do Comitê Editorial deste jornal e em função do espaço disponível.

a 12, 13 e até 14%! No entanto, quando sobreveio a primeira crise do petróleo, cujos preços foram multiplicados por 10, isso nos alarmou, porque significou que tivéssemos de pagar um imposto adicional, já que foi retirada do País e de cada um de nós uma parcela ponderável da nossa renda, ônus esse destinado aos exportadores de petróleo. Isso significou sensível redução na capacidade de poupança nacional, de vez que impôs uma taxação sobre cada um de nós, na forma de um aumento inusitado e inesperado nos preços do combustível, elemento que tem uma participação tão importante dentro da economia brasileira.

Isso fez com que a inflação brasileira, que vinha sendo dominada e controlada, chegando aos níveis de 12, 13, 14%, nos anos de 1972/73, pulasse de volta para o patamar de 30, 40%, dobrando portanto, nos anos de 1973 e a partir de 1974, realmente pondo por terra uma parcela do enorme esforço nacional, despedido ao final dos anos 60 e início dos 70, para dominar essa tendência.

Creio que tivemos um mérito, que foi o de conseguir manter, ainda por vários anos, uma taxa razoável de crescimento econômico da ordem de 6%, em média. Isso nos possibilitou a absorção do choque provocado pelo petróleo, sem que tivéssemos consequências sociais mais graves, agora uma maior diminuição na taxa de crescimento da economia.

Não tivemos desemprego, nem maiores problemas sociais, e assim conseguimos atravessar a primeira crise do petróleo, indo a pouco a pouco absorvendo esse ônus, na forma de um continuado crescimento nas exportações, durante os 3 ou 4 anos subsequentes.

No entanto, isso ocorreu mantendo-se um volume de investimento significativo no País, representado pelas grandes obras de infra-estrutura, os programas de desenvolvimento da nossa indústria-base, o enorme desenvolvimento da indústria de bens de capital e de equipamentos, o estímulo às exportações, procurando-se paralelamente absorver fatores substitutivos de importação, através da criação de oportunidades de investimentos.

Todavia, no ano de 1979 novamente os produtores de petróleo voltaram a impor um aumento absolutamente inusitado nos preços. E bom lembrar que o aumento ocorreu em 1973/74 multiplicou por 10 o preço do petróleo, que andava em torno de US\$ 1,40 e que passou para US\$ 14,00, acrescentando-nos uma despesa necessária de US\$ 12,50 por barril. E num país que consome 1 milhão de barris/dia, pode-se facilmente imaginar o que isso significa.

No ano de 1979, a situação foi ainda mais dramática. Os preços não foram multiplicados por 10, mas experimentaram uma elevação de 2 a 3 vezes, passando de US\$ 14,00 para US\$ 28,00 e logo depois para US\$ 33,00 e US\$ 34,00. O aumento percentual foi menor, mas significou um acréscimo de US\$ 15,00 a US\$ 20,00 por barril, a partir de 1979/80.

Isso causou um impulso adicional sobre a inflação, que dos 12, 14% ao final de 1973 pulou para os 30, 40%, nível mais ou menos prevalente entre 1974 e 1978. Com a segunda crise do petróleo, esses preços novamente pularam, apresentando taxas anuais que subiram 50, 60, 70, 80%, a partir de 1979.

E claro que, a partir de então, outros elementos passaram a influir de forma decisiva sobre as causas presentes da inflação.

Hoje, quem disser que a inflação brasileira é resultante do preço do petróleo não estará dizendo a verdade. Isso porque esses preços, em US\$, estão constantes há quase 1 ano e certamente a perspectiva colocada pelos países produtores para o ano que vem está a indicar que nós deveremos ter a continuidade dessa constância.

Isto posto, é de perguntar-se: o que é que estaria determinando, nos dias de hoje, esse alto nível inflacionário?

Creio que o balanceamento entre as necessidades que o governo tem de investir, de subsidiar vários setores da economia, em face dos recursos de que dispõe, é, na verdade, a causa primordial, agravada pela generalização da correção monetária, pela “indexação da economia”, como dizem os economistas, e por uma lei salarial que dificulta a queda da inflação por vários motivos, mas fundamentalmente pelo desbalanço existente entre o que o governo investe e o que ele subsidia e os recursos à sua disposição, para financiar esses procedimentos.

Na verdade, portanto, parece-me que esse excesso de demanda para recursos, essa vontade que o Brasil tem de realizar, aliada ao fato, muitas vezes olvidado por nós, de que o País ainda é pobre, não dispondo dos recursos necessários para fazer tudo o que quer e também o que precisa ser feito, é, no meu entendimento, o fator que explica fundamentalmente a inflação brasileira de 1981.

E esse desejo quase incontido que a Nação tem de crescer e de realizar que provoca o desbalanço entre os recursos disponíveis e aquilo que a gente quer fazer. E isso, na verdade, que gera inflação. Na medida em que a gente quer mais do que existe disponível, provoca uma tendência natural de essa pressão ser jogada sobre o balanço de pagamentos, na forma de demanda cada vez mais crescente por importações. Como não temos produção, procuramos importar, mediante financiamento de fora (por poupança externa). Isso aconteceu ao longo de todos esses anos. Uma parcela importante do desenvolvimento brasileiro se fez baseada na poupança externa, na importação dessa poupança representada pela diferença existente en-



Eduardo Pereira de Carvalho

tre o valor das nossas importações e o das nossas exportações.

Na verdade, só temos uma forma de pagar por aquilo que importamos: exportando. Como mantivemos um déficit permanente, no que chamamos de balança comercial, que é o jogo entre o que se exporta e o que se importa de mercadorias, importando mais do que exportamos, a diferença entre os dois procedimentos é o que representa essa poupança externa que veio para o Brasil. Assim sendo, o nosso país se endividou para poder crescer mais, porque os seus recursos externos o permitiram. Se nós tivéssemos importado somente aquilo que era possível, em face das nossas exportações, o crescimento brasileiro teria sido bastante menor e os problemas sociais e políticos daí derivados teriam sido bastante menores do que foram. Entretanto, a direttriz seguida pelo País permitiu que mantivéssemos uma taxa média de crescimento da ordem de 6%, ao longo da primeira metade dos anos 70, favorecendo uma contínua absorção de emprego e, no fundo, propiciando que as coisas andassem razoáveis. Isso teve um custo: um forte aumen-

to do endividamento externo, ao longo desses anos.

Não sou daqueles que acreditam na existência de qualquer grande problema no nível do endividamento externo que hoje temos.

O Brasil deve US\$ 60 bilhões ou US\$ 65 bilhões, uma brincadeira, se imaginarmos que a Polônia deve quase US\$ 30 bilhões, dispondo de uma potencialidade completamente diversa da que o Brasil apresenta. A Argentina deve US\$ 25 bilhões e, na verdade, eu creio que esses US\$ 25 bilhões ou os US\$ 30 bilhões que a Polônia deve (não vou citar outros mil exemplos) significam muito mais que os US\$ 60 bilhões que nós devemos.

Nós contamos com uma economia que hoje é a 10ª do mundo todo. O potencial brasileiro é algo inusitado. Pode-se percorrer o mundo inteiro, de Norte a Sul e de Leste a Oeste e não encontraremos muitos países com o nosso potencial. Contamos com um PIB que hoje vai chegando à casa dos US\$ 300 bilhões anuais. Por isso, dever US\$ 60 bilhões é brincadeira. Mais ainda: quando o Brasil importou esses US\$ 60 bilhões para promover o seu desenvolvimento, enterrou esse dinheiro em projetos produtivos. Importou esse dinheiro para retificar e modernizar a antiga Estrada de Ferro Mogiana; para construir Itaipu; para melhorar os seus sistemas de energia, não apenas em Itaipu mas também em Tucuruí e nas dezenas de usinas hidrelétricas que estão sendo construídas.

O País fez isso, desenvolvendo um programa de energia nuclear que se apresenta como alternativa para o futuro, constituindo-se opção discutível, mas certamente importante, no contexto.

Fez isso, para ampliar e triplicar a sua capacidade de produção de aço, nas usinas integradas e existentes, na Cosipa, Usiminas, CSM e Volta Redonda.

Fez isso, para construir duas usinas de aço inteiramente novas, em Minas Gerais e Espírito Santo (a Açominas e a de Tubarão).

Fez isso, para construir uma ferrovia totalmente nova: a Ferrovia do Aço, além de modernizar a “Via Centro”, da Central do Brasil, que transporta os minérios de Minas Gerais até o porto de Mangaratiba, no Rio, etc.

O País fez isso, para investir mais de US\$ 2 bilhões anuais nos sistemas de telecomunicações, fazendo com que pudéssemos dispor, hoje, de um dos mais modernos sistemas de telecomunicações internas existentes num país de dimensões continentais, como o nosso. E nós podemos avaliar o progresso que se fez nesse campo quando nos lembramos quais eram as condições dessas comunicações, há menos de dez anos.

O País fez isso, multiplicando por 10 as vagas disponíveis no sistema de ensino superior, criando oportunidades incalculáveis para que os nossos filhos e netos possam ter opções de ensino, capazes de realmente democratizar as condições de realização pessoal, no futuro.

Tudo isso está gerando emprego e oportunidades incriveis de investimento em níveis muito mais elevados do que nós temos capacidade de financiar.

Aqui vale uma palavra de cautela, lembrando que não é possível imaginar que poderemos continuar desenvolvendo permanentemente um programa tão grandioso quanto o que foi descrito, sem contar com recursos suficientes para pagar por tudo isso. Embora o nosso endividamento externo seja relativamente modesto, o fato concreto é que não podemos permitir que tudo continue a ser feito numa dependência cada vez maior da poupança externa, uma vez que, a partir de um determinado momento, isso tolheria a liberdade de o País escolher os seus próprios caminhos, de vez que quem muito deve passa a ter o seu poder de decisão transferido para o credor, situação que precisamos evitar, porque quem tem de ser donos dos destinos deste país somos nós mesmos.

Daí o fato de ter sido necessário o

nosso déficit na balança comercial, desequilíbrio esse que, a partir de determinado momento, não mais poderia continuar financiado por um crescente endividamento externo, porque, com a segunda crise do petróleo, nós tivemos um acréscimo de US\$ 5 bilhões ou US\$ 6 bilhões, em nossa conta-petróleo. Em vista da necessidade de equilíbrio da balança comercial e da geração de um superávit nas exportações brasileiras sobre as importações, para poder, pelo menos, pagar parte do serviço dessa dívida, lá fora, em face disso e também de uma inflação que, de repente, se tornou quase incontrolável, ultrapassando a barreira dos 100% e dirigindo-se perigosamente para cima, era indispensável fazermos uma parada, para providenciar uma “arrumadinha na casa”. E como se estivéssemos num ônibus muito lotado, no qual o motorista tivesse de dar uma freada brusca, para todo mundo se arrumar.

Era indispensável, em face da inexistência de alternativa para os problemas que estávamos enfrentando, passarmos um ano de dificuldades, como foi 1981.

Creio que ninguém, em sã consciência, possa assumir as responsabilidades e formulações de uma política econômica para o País, desconhecendo que ao Brasil não se apresentavam alternativas ao programa que foi seguido, ao longo de 1981. Opção custosa, difícil, onerosa politicamente, mas extraordinariamente corajosa e realística, ao colocar claramente para cada um de nós as realidades que se verificavam.

Era necessário desestimular o consumo, para acalmar um pouco uma economia que crescera a 8,5%, ao ano em 1980, apesar de todos os problemas que estávamos vivendo. Ora, com o enorme buraco que se verificava na balança comercial, e com uma inflação crescente, como seria possível imaginar-se que os nossos parceiros comerciais e banqueiros, lá fora, continuassem a fi-

(Continua na página seguinte)

# "Um país cheio de..."

(Continuação da página anterior)

nanciar uma economia que estava maluca, sob todos os aspectos, já que o País crescia muito além da sua capacidade, antes mesmo de absorver o segundo choque do petróleo?

Tudo isso trouxe a necessidade de voltarmos a pensar num caminho mais austero, mais responsável, mais duro e mais difícil. Muito menos rendoso politicamente, mas que, na verdade, fizesse cada um de nós encarar a realidade, não mais com os olhos coloridos do otimismo desbragado, mas com a responsabilidade que caracteriza aqueles que têm a missão de conduzir o País. Tivemos um ano duro. Entretanto, os resultados certamente já começam a ser palpáveis.

As exportações brasileiras, com todos os problemas que tivemos, cresceram ao nível de 18% sobre as de 1980. E crescer 18% pode ser considerado um milagre, em face da conjuntura internacional de depressão de mercados, na América do Norte, Europa e alhures, levando-se em conta também uma valorização extraordinária do dólar, fazendo-nos enfrentar uma concorrência muito mais acirrada nos grandes mercados europeus, onde a desvalorização das respectivas moedas os tornou difíceis de serem atingidos por nós, tornando os seus produtos muito mais competitivos, vis-à-vis nossa produção levar em conta um mercado que, em face da alta taxa de juros, que significou um peso para a economia brasileira (talvez maior ainda que o provocado pelo aumento do petróleo em 1979/80), deprimiu fundamentalmente o preço dos principais produtos agrícolas de exportação, nomeadamente: açúcar, café, cacau e soja, ainda representativos de uma percentagem importantíssima do total das exportações brasileiras.

Tudo isso aconteceu em 1981.

Somente em termos de café, perdemos quase US\$ 1 bilhão em receita potencial, sem mencionar as perdas que tivemos em termos de soja, açúcar e cacau, produtos que certamente deveriam ter contribuído positivamente para o crescimento das nossas exportações, mas que, em face do decréscimo (ou ao não avanço) de seus preços no mercado internacional e da alta taxa de juros, que nos prejudicaram sensivelmente. Apesar de tudo isso, ainda fomos capazes de crescer 18% no ano passado, em nossas exportações, o que reflete o extraordinário dinamismo que temos e a notável força de vontade que o povo brasileiro possui para superar suas dificuldades. O fato de terminarmos o ano com um ligeiro superávit de US\$ 1 bilhão em nossa balança comercial significa claramente que conseguimos vencer o maior problema que se apresentava no ano de 1979, qual seja o novo preço do petróleo.

Por outro lado, como o mercado do óleo permanece fraco e com pers-

pectivas de calma para o ano de 1982, podemos imaginar e projetar um superávit da ordem de US\$ 3 bilhões para o ano, mesmo supondo uma retomada do crescimento da economia e, conseqüentemente, das importações brasileiras, no que se refere a outros itens que não petróleo, ao contrário do que aconteceu no ano de 1981, quando as importações permaneceram completamente estagnadas.

Ao mesmo tempo que se verificava essa alteração nas perspectivas da nossa balança comercial, mudando completamente o diálogo que mantivemos com os banqueiros internacionais, tornou-se muito fácil a captação dos US\$ 15 bilhões ou US\$ 16 bilhões que o Brasil teve de buscar lá fora, para fazer o serviço da sua dívida. Paralelamente, deixou evidenciado o outro lado da mesma moeda: uma redução importante dos itens inflacionários que, em termos anuais, tinham chegado a mais de 120%.

Na verdade, algumas taxas de inflação mensal prevalecentes ao longo do início do primeiro semestre de 1981, se atualizadas, mostrariam índices anuais da ordem de 140/150%, com uma inflação que ao longo do ano ficou abaixo dos 100%. Em termos anuais, a inflação prevalecente nos últimos meses já indica um índice anual da ordem de 80%, significando um resultado espetacular. Considero, portanto, que as perspectivas que se abrem para o corrente ano são infinitamente melhores do que as do início de 1981.

E claro que tudo isso se fez a um altíssimo custo social, inédito na história brasileira: o Brasil teve um crescimento industrial negativo. Só mesmo aqueles que sofreram na pele o problema podem avaliar o que representa um alto nível de desemprego, gerado principalmente na indústria urbana de São Paulo, mais ligada ao setor automobilístico, mas não limitada a ele. Esse é um custo socialmente injusto e que não podemos aceitar permanentemente, como forma de correção dos nossos problemas econômicos, porque, se assim fosse, iríamos construir uma bela economia e destruir um bom país.

Mas se isso foi necessário, não haveria outra alternativa. Esse custo foi, a meu juízo, aumentado por uma lei salarial de reajustes que, ao pretender defender o poder aquisitivo da grande massa de trabalhadores, funcionou na verdade contra ela. Porque realmente a lei, na forma como está implementada, ajuda aqueles que mantêm o seu emprego, à custa daqueles que têm de ser despedidos para que a lei possa ser cumprida.

Conseqüentemente, a quem se deve perguntar se essa lei é benéfica ou não é àqueles mais de 300 mil operários que, na Grande São Paulo, hoje, perderam os seus empregos. E a eles que se deve perguntar se a lei é boa ou não, porque o Banespiano, que tem assegurado o seu emprego e

o seu reajuste automático, certamente essa lei beneficia. (Eu até fico contente com isso, porque, assim sendo, o Banespiano produz melhor para o Banco.)

Mas nós temos de pensar, em verdade, na grande massa de empregados que, por causa da inflexibilidade de se poder negociar reajustes realísticos, em face da conjuntura, tiveram de ser postos na rua.

Este é o lado triste do que aconteceu.

Creio firmemente, no entanto, que ao longo de 1982, tendo sido possível dominar o espectro de uma inflação galopantemente crescente, nos será possível conseguir uma balança comercial que não mais continue a apresentar déficits, sob pena de os nossos banqueiros lá fora pararem o fluxo de recursos destinados ao País. Tendo sido possível dominar isso, e reverter decididamente as perspectivas da economia, acredito firmemente que o ano de 1982 ensinará a retomada do caminho do crescimento, que é o único existente para nós e através do qual conseguiremos resolver os problemas brasileiros, que se resumem em poder dar emprego a todos os brasileiros que apareçam no mercado, a fim de que eles possam viver razoavelmente bem.

Somente assim conseguiremos construir uma Nação verdadeiramente livre.

Somente através do crescimento acelerado da nossa economia é que nos será possível resolver a enorme equação social, provocada pelas disparidades ainda hoje existentes no Brasil.

Conseqüentemente, parece-me que a cada um de nós, que temos responsabilidade de liderança neste País (na escola, em nossa casa, na indústria, na fazenda, na loja, no Banco, nos órgãos públicos municipais, estaduais ou federais), é importante entender-mos o que determinou essa política austera, severa, custosa, mas que, em face dos resultados que começam a aparecer, permite a todos nós acreditar que o futuro imediato que se apresenta é muito mais róseo do que aquele que se apresentava na virada do ano passado.

O caminho está traçado.

E um caminho difícil, no qual cada um de nós vai perder um pouco de seus cabelos e dormir um pouco menos.

Certamente este é o caminho que nos assegura que, assim como o Brasil de ontem (aquele legado pelos nossos pais) foi o melhor, o Brasil de hoje será bem melhor ainda, porque é um país mais aberto, mais rico, mais forte. Mas certamente os caminhos que estamos percorrendo nos assegurarão a responsabilidade histórica que temos, de mudar a face da história. Esse é um compromisso do qual cada um de nós não pode fugir, ante o imperativo de responder a esse enorme desafio, que é a efetiva transformação do Brasil na grande potência que ele será, pelo nosso esforço.